

## ELA ERA DOMÉSTICA: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E DONAS DE CASA NO TRIÂNGULO MINEIRO-MG

SHE WAS A HOUSEKEEPER: HOUSEKEEPERS AND HOUSEWIVES IN THE TRIÂNGULO MINEIRO-MG REGION

Jorgetania Ferreira\*  
professorajorgetania@gmail.com

**RESUMO:** Nesse artigo apresento caminhos da pesquisa, resultados e reflexões sobre experiências de trabalhadoras domésticas e donas de casa da região do Triângulo Mineiro. No trabalho de pesquisa, na atuação junto a essas mulheres, nas atualizações dos referenciais teóricos aponto para o desejo e importância de compreender as trajetórias dessas sujeitas, a partir do significado que dão às suas experiências, a partir da forma como organizam suas falas e o sentido que conferem às suas vidas. Assim busca-se compreender o significado de ser doméstica numa sociedade desigual, numa transição do viver rural para o urbano, no interior de Minas Gerais, a partir dos anos 50. Suas trajetórias, narradas nas entrevistas, são reveladoras das durezas do trabalho, da vida de mulheres pobres. Elas falam também do caminho que construíram, de suas escolhas, de suas conquistas, de suas lutas para assegurar individual e coletivamente seus direitos. Ancorada nas contribuições teórico-metodológicas da história social, principalmente de Thompson; Williams, e das contribuições da História Oral, com Portelli a pesquisa de campo foi realizada. As recém traduzidas obras das feministas negras como Ângela Davis, bell hooks, Audre Lorde têm uma contribuição essencial para pensar o tema do trabalho doméstico e sua necessária revisão para o feminismo que contemple a maioria. Neste sentido o conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019) é uma ferramenta essencial para pensar o tema e nos foi legada pelas feministas negras. Concluo a reflexão avaliando os avanços coletivos das lutas dessas mulheres, mas apontando para o retrocesso em relação aos direitos, sobretudo a partir do golpe de 2016 e os problemas enfrentados nestes tempos de pandemia e governos antipovo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres, Trabalhadoras domésticas, Triângulo Mineiro.

**ABSTRACT:** This article presents ways of research, results and reflections on experiences of domestic workers in the Triângulo Mineiro region. Through the research work, studying these women and updating the theoretical frameworks, I point to the importance of understanding the trajectories of these individuals: the meaning they give to their experiences, the way they organize their speeches, and also the meaning they give to their lives. We seek to understand the meaning of being a housekeeper in an unequal society, in a transition from rural to urban living, in the interior of Minas Gerais (Brazil), from the 1950s onwards. Their trajectories, described in the interviews, reveal the hardships of work, the lives of those poor women. They also talk about the path they have built, their choices, achievements, and their struggles to ensure their rights in an individually and collectively way. The trial was accomplished anchored in the theoretical-methodological contributions of Social History, especially the authors: E. P. Thompson; Raymond Williams, and the contributions of Oral History, with the approaches from Portelli. The recently translated studies into Portuguese of black feminists such as Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, have an essential contribution to think about the theme of housework and its necessary revision for a feminism that contemplates the majority. In this sense, the concept of intersectionality (Akotirene, 2019), inherited from black feminists, is an essential approach to thinking the thematic. We conclude evaluating the collective advances in the struggles of these women, but pointing to the setback in the civil rights field, especially after the 2016 coup d'état and the problems faced nowadays during the Corona virus pandemic and anti-people governments.

**KEYWORDS:** Domestic workers, Triângulo Mineiro, Women.

---

\* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2006). Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Há obras que nos mostram a sala de visitas da História, com os retratos emoldurados nas paredes, os móveis de estilo e um belo arranjo para ser visto. Mas há pesquisas que vão ao fundo das casas, às cozinhas e oficinas, que esgaravavam os terrenos baldios, onde se lançam detritos, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas. Aí nesses telheiros e porões, nestas brenhas domésticas, essas sombras se escondem, tapam o rosto com as mãos e fogem. (Ecléa Bosi).

### *Introdução*

Ecléa Bosi nos inspira a pensar a escrita da história, saindo da sala de estar para outros cômodos da “casa”, talvez a partir das causas perdidas, dos sonhos utópicos (Thompson), das táticas dos miúdos (Certau). Foi a partir da história vista de baixo (Jim Sharpe), que iniciei meus estudos sobre trabalhadoras domésticas há mais de 20 anos. Considerava essas mulheres as mais exploradas, a profissão menos valorizada, enfim compartilhava com a sociedade a visão negativa sobre a profissão da doméstica, profissão de mulheres, pobres, a maioria negras e sem trabalho formalizado e proteção jurídica. Neste artigo, busco apresentar a multiplicidade de experiências de mulheres trabalhadoras domésticas e donas de casa, partindo da discussão do trabalho, procurando vê-las também como cidadãs, que lutam pelo direito à cidade, à educação (especialmente dos filhos e filhas), pelo direito ao trabalho (e em melhores condições), como pessoas que reagem e acomodam diante das situações em que vivem. As contribuições do feminismo negro vieram pós pesquisa e sem dúvida são aportes teóricos fundamentais para a pesquisa sobre o trabalho doméstico. A compreensão de que as transformações do trabalho doméstico estão relacionadas a contextos sociais mais amplos e de que as questões que temos sobre o passado são questões que nos colocamos a partir da realidade social do presente, era a perspectiva do projeto de doutoramento elaborado no ano 2000.

Assim, esse artigo tem como objetivo refletir sobre aspectos da trajetória de vida de trabalhadoras domésticas e donas de casa da região do Triângulo Mineiro a partir da pesquisa realizada, tendo como referencial teórico a historiografia marxista inglesa, a produção das historiadoras Déa Fenelon, Heloisa Faria Cruz, Yara KHOURY, entre outras, e tendo como referência teórico metodológica para o trabalho com as fontes orais Alessandro Portelli, entre outras. No trabalho de pesquisa, na atuação junto a essas mulheres, nas atualizações dos referenciais teóricos, aponto para o desejo e importância de compreender as trajetórias dessas sujeitas, a partir do significado que dão às suas experiências, a partir da forma como

organizam suas falas, que por meio de suas narrativas buscam apresentar o sentido que conferem às suas vidas.

A compreensão de que as transformações do trabalho doméstico estão relacionadas a contextos sociais mais amplos e de que as questões que temos sobre o passado são questões que nos colocamos a partir da realidade social, era a perspectiva de minhas pesquisas desde a graduação ao doutoramento. Passados 20 anos da elaboração do projeto muita coisa aconteceu. No plano político tivemos a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, o líder operário que se fez presidente e de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Em que pese a importância dos governos do Partido dos Trabalhadores, que obteve vitória em quatro eleições presidenciais consecutivas, a correlação de forças para a classe trabalhadora não se modificou. Dilma sofreu um golpe, orquestrado por seu vice Michel Temer. O pós golpe, surpreendeu até as análises mais pessimistas. As eleições do ano de 2018 elevou à presidência da República Jair Bolsonaro e as conquistas dos governos do PT vieram abaixo.

Nesse contexto dramático em que vivemos, com governos genocidas, em que a pauta das chamadas minorias, que hoje compreendemos como maioria, ganhou relevo no processo de *impeachment* da presidenta, que as mínimas conquistas dos trabalhadores/as são objeto de fúria das classes dominantes, que o conservadorismo ganhou espaço com a eleição de Trump, Bolsonaro e Macron, mas que a resistência na Bolívia e no Chile nos oferece uma rajada de ventos de esperança, tempos em que as políticas neoliberais e genocidas desmontam mínimos direitos conquistados, continua sendo importante que a História siga refletindo sobre os problemas do presente, buscando encontrar nas ações humanas, as explicações para os acontecimentos, e na cultura as possibilidades de mudança. Consideramos que a produção historiográfica deve envidar esforços no sentido de desnaturalizar a história mostrando diferentes formas como as pessoas organizaram e organizam suas vidas, diferentes projetos vencidos no passado, que poderiam ter propiciado um presente diferente. Essa perspectiva traz para o campo da história as diferentes possibilidades de futuro.

Ao analisarmos o trabalho e o emprego domésticos, observamos que enquanto trabalhadoras domésticas e donas de casa lutam para afirmar seus direitos e seu lugar na sociedade brasileira, os(as) trabalhadores(as) em geral sofriam ameaças de desregulamentação dos direitos, que se concretizou no governo Temer com a reforma trabalhista, a lei da terceirização e com a reforma da previdência no governo Bolsonaro. No

caminho da institucionalização de novos direitos, foi constituída, em 2004, uma Comissão Especial sobre Trabalho e Emprego Doméstico na Câmara dos Deputados, para analisar todos os mais de 30 projetos de lei e emendas constitucionais que continha novos direitos para as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) . No mesmo sentido foi apresentada pela deputada Luci Choinacki (PT-SC), em 2001, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visava a instituição da aposentadoria para a dona-de-casa, para as mulheres que exerceram essa atividade durante toda a vida e a família é de baixa renda. Em 2003 e 2004 houve um fortalecimento dessa luta, sendo constituída a Campanha Nacional pela Aposentadoria da Dona-de-Casa. Essa campanha colocou em evidência o trabalho das donas-de-casa e a importância da sociedade e do Estado Brasileiro reconhecerem seu valor, e teve como slogan “Aposentadoria das donas de casa – tá na hora do Brasil retribuir.”

Meus estudos se inserem no contexto de reflexões de historiadores/as brasileiros que compreendem o trabalho como uma dimensão importante da experiência humana, daí se preocuparem com a precarização das condições de sua realização, com a perda de direitos e o desemprego que vem ocorrendo mundialmente. Por outro lado, não pensa o trabalho como uma dimensão separada da vida, daí pensarmos que resiste, adapta-se, age sobre as situações concretas.

Para além de alargar o campo de estudo da História, legitimando novas áreas do conhecimento histórico, nossa preocupação se voltou para a discussão da cultura, memória e identidades sociais. Reafirmando, com a referência a obras de Déa Ribeiro Felon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, a contemporaneidade e vitalidade do conhecimento histórico, não apenas como compreensão do passado, mas deste modo participante do embate das forças no presente e na construção das perspectivas de futuro. Nesse sentido, as autoras nos chamam a atenção para compromisso social das/os historiadoras/es, que com seu conhecimento e produção participam desse processo, seja no sentido de instituir memórias dominantes, seja contribuindo para tornar visíveis histórias ocultadas, batalhas perdidas, e outras possibilidades de construção da história.

A partir dessa perspectiva, busquei perceber como as sujeitas investigadas construíram suas narrativas, o sentido que davam à sua própria história, como se constroem como sujeitos no processo histórico, na luta pela sobrevivência, nas tensões e conflitos que marcam o jogo das forças sociais em embate na sociedade. Nesse sentido o estudo se

beneficiou (e buscou suporte teórico) no pensamento de Eduard Palmer Thompson. Sua insistência em uma leitura atenta das fontes de pesquisa, no aprofundamento teórico, na importância da articulação constante entre teoria e prática, sem julgamentos prévios, sem submeter a experiência a um modelo teórico no qual ela deva se encaixar, marcou a pesquisa, e abriu novas possibilidades de interpretação das experiências das entrevistadas, sem a segurança de uma teoria concebida como sistema teórico auto suficiente, mas buscando uma exploração aberta do mundo e de nós mesmas. É desse diálogo entre historiadora, entrevistadas e a bibliografia que resultou o trabalho de doutorado intitulado: “Trabalho em Domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas-de-casa no Triângulo Mineiro” (1950-2005), defendida no Programa de Estudos Pós Graduated em História da PUC-SP. Naquele período, busquei indagar as entrevistadas, os materiais de pesquisa, se as questões sobre o tema estavam adequadas e coerentes com o compromisso de trazer à tona diferentes visões de mundo, com as suas atribuições de significado e não apenas o que eu gostaria de dizer, bem como perceber em que medida seus modos de vida expressavam alternativas aos padrões dominantes ou acomodação.

Para a realização da pesquisa foi também importante a inspiração de Raymond Williams (1979),

Era necessário (...) falar de “culturas” e não de “cultura”, levando em conta a variabilidade, e dentro de qualquer cultura reconhecer a complexidade e variabilidade das forças que lhe dão forma. (...) a ideia de um processo social fundamental que modela “modos de vida” específicos e distintos é a origem efetiva do sentido social comparativo de ‘cultura’ de seu plural, já agora necessário, de “culturas” (Williams, 1979: 23).

Observar as transformações no conceito de cultura é importante para compreendermos as razões do debate de historiadores(as) e militantes da área cultural, no sentido de ampliar a compreensão da cultura, hodiernamente pensado em geral como espetáculo, manifestação, entretenimento, artes para pensá-lo como “processo social fundamental, que modela ‘modos de vida’ específicos e distintos” conforme defende Raymond Williams(1979). Pensar a cultura como modos de vida, expressos nas formas de trabalhar, de viver, de morar, relacionar, nas manifestações artísticas é a perspectiva desse trabalho.

Devo dizer que realizar a pesquisa, buscando recuperar saberes, experiências, trajetórias de mulheres pobres, buscando valorizar experiências pouco valorizadas e

afirmando-as como sujeitas que constroem sua própria história, mesmo com todas as adversidades e condições desfavoráveis, foi um trabalho prazeroso. Muitas vezes as trajetórias das entrevistadas eram semelhantes a minha. Tendo nascido na zona rural do município de Monte Alegre de Minas, no Triângulo Mineiro, sendo migrante, de família pobre, e exercido as alternativas de trabalho que crianças e jovens mulheres têm em um pequeno município como trabalho na lavoura, trabalho doméstico, venda de roupas, costureira, meu universo era muito próximo das entrevistadas. A relação com as entrevistadas teve como ponto de partida um lugar comum como doméstica que fui, como dona-de-casa, mãe, professora, patroa que me tornei, e uma solidariedade nas dificuldades relatadas.

A pesquisa participou do esforço de tornar visíveis os problemas, as dificuldades do trabalho, da luta por (re)conhecimento e valorização das mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico, como trabalhadoras domésticas e donas-de-casa. No primeiro governo de Lula foram adotadas medidas para a busca da garantia do direito ao fundo de garantia das trabalhadoras domésticas, por meio da dedução de impostos para empregadores/as. Somente em 2013 o Senado Federal aprovou a PEC das Domésticas, com parte da lei com aplicabilidade imediata e parte foi remetida para regulamentação posterior, que veio ocorrer em 2015. Assim, foi modificado o artigo 7 da Constituição que excluía as trabalhadoras domésticas do rol das garantias constitucionais. Infelizmente as condições em que o país se encontra, com crise política e econômica e, com a pandemia da Covid 19, além das modificações na legislação trabalhista, tornaram algumas das conquistas de direitos das trabalhadoras domésticas, tão tardiamente conquistadas, sem aplicação prática. Isso só comprova a tese já tão conhecida no movimento feminista de que em todas as crises as mulheres pobres são as primeiras a perderem seus direitos.

Partimos do pressuposto que os estudos históricos devem partir de realidades específicas e singulares, ainda que as experiências de outros contextos e tempos possam nos ajudar na reflexão, um aspecto que penso ser relevante de ser avaliado na experiência brasileira e, especialmente, nas experiências estudadas, refere-se às diferenças e semelhanças entre os viveres urbanos e rurais, face urbanização que na região e, especialmente em Uberlândia, teve os anos 70 como de grande migração, do campo para a cidade. A maior parte das pessoas vivia, nos anos 1950, na roça e atualmente vive nas cidades, sendo essa também as experiências das mulheres entrevistadas. Essa mudança coloca-nos diversas questões e

discussões em torno da questão dos modos de vida, dos hábitos e costumes, da cultura que se altera e se mantém nos novos lugares em que as migrantes vivem. As influências dos locais em que viveram estão presentes nos modos de falar, festejar, cozinhar, comer, trabalhar, e vão se comunicando, mantendo e alterando nas cidades onde passam a viver. A origem rural da maior parte das mulheres entrevistadas se articula também com a discussão sobre o público e o privado. Sabemos que a forma como o trabalho é organizado na zona rural, se diferencia do comércio e da indústria nas cidades, tendo o público e privado, sentidos diferentes em diferentes locais. Ao analisar a relação das mulheres com o poder, Perrot (1988) alerta para o risco de enveredarmos por uma história dicotomizada, harmoniosa, seja pela vitimização das mulheres, o que ela chama de história miserabilista, seja no caminho de ver as mulheres como fortes e guerreiras, e cheias de poder. Suas reflexões nos fazem pensar no jogo de forças presentes nas relações, levando-nos a pensar contextualmente como essas relações se constituem nas experiências que estudamos e observar aspectos da dominação, resistências e acomodações.

Pensamos ser importante compreender as experiências das mulheres a partir de seus modos de vida, na perspectiva de valorizar seus saberes e compreender se nas suas experiências de vida, em suas histórias, não encontramos elementos de contestação ao modelo de organização social machista e capitalista que quer se apresentar como único possível. Assim, compreendemos não ser adequado estabelecer como padrão o trabalho masculino e capitalista. Se fizermos isso teremos como padrão de qualidade do trabalho mais horas trabalhadas. Ao invés disso, compreendemos que constitui-se luta importante da atualidade a redução da jornada de trabalho, para que mais pessoas tenham emprego, e mais horas livres propiciando que todas as pessoas, possam ter lazer, descanso, tempo para estudo, cuidado pessoal e com outros/as, tempo para os serviços domésticos. Nesse sentido, discordo de alguns pressupostos da produção que, ao priorizar o trabalho fabril e enfatizar a importância da “saída da mulher para o mercado de trabalho”, elegendo-o como referência, desconsidera o ponto de vista dessas mulheres, e as apresenta como vítimas. Dessa maneira, não considera a participação das mulheres como sujeitos da História, e apresenta a atual organização da sociedade como ação de “outros”, e não de todos, mesmo que a participação e o poder de cada parte tenham se construído historicamente de forma desigual. Da mesma maneira não aceita escolhas das mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico, como

donas de casa, que é visto como sinal de conservadorismo e atraso. Buscamos compreender e analisar como as mulheres significam suas experiências de vida e trabalho, como interpretam e lidam com as visões sobre o trabalho doméstico.

Pesquisei um período de grandes transformações na sociedade, em termos de urbanização, novas tecnologias, valores que alteraram significativamente a vida doméstica. Nesse contexto, houve uma ampliação do acesso à educação e uma valorização da cultura letrada como sendo necessária para o trabalho e a vida em sociedade. Houve grande alteração na família brasileira. Até 1960 o número de filhos por casal era 6,2, em 2006 esse número reduziu para 2,1. A visão sobre a infância passou por transformações, e a criança começou a ser pensada como sujeito de direitos, diferente da visão anterior que afirmava que a “criança não tem querer”. A vontade da criança começou a ser considerada como algo importante, culminando com a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. A afirmação dos direitos das crianças e adolescentes exige um repensar da sociedade em relação às práticas quanto aos cuidados, e esse processo continua em aberto, ou seja, a sociedade, a família, a escola, continuam tentando se adequar a essa nova visão, ora contestando-a, ora reafirmando-a.

Assim como as crianças e adolescentes, as pessoas idosas conquistaram em 2003, após anos de discussão na sociedade e no parlamento, o Estatuto do Idoso. Será que hoje a pessoa idosa é mais, ou menos, valorizada/respeitada do que há 50 anos? Quais são os valores que a sociedade tem em relação à pessoa idosa? Outra alteração foi o conceito de família que está cada vez mais restrito ao núcleo familiar. Se “no passado” as entrevistadas referiram se à presença de avós, tios, agregados, em suas casas, em geral, atualmente há uma tendência de um número menor de pessoas no domicílio, variando segundo raça, classe e origem, entre outros. Essa mudança de valores e do número de pessoas nas residências alteram também os modos de cuidado. Crianças que se cuidavam entre si e agora precisam de um cuidado especializado. Crianças que eram cuidadas por pessoas idosas da família que, em alguns extratos sociais, agora não vivem na mesma casa. Domésticas que moravam em seus empregos e tem conquistado cada vez mais o direito de residirem com suas próprias famílias, com jornada finalmente regulamentada em lei, a partir da PEC das Domésticas. A segmentação do tempo e a desvalorização do doméstico tem implicado em uma diminuição

do tempo destinado ao cuidado. Diminuiu também o número de donas-de-casa que cuidam da família em tempo integral.

Assim, buscamos conhecer, registrar e visibilizar experiências de sujeitas históricas que na tradição historiográfica foram desconsideradas, assim como também na sociedade brasileira. Buscamos contar a história dessas mulheres a partir dos significados que dão às suas experiências. Sendo assim, a pesquisa se realizou tendo como principal suporte documental a história oral, tendo sido realizadas 14 entrevistas gravadas com mulheres, trabalhadoras domésticas, patroas e donas de casa. Apenas uma depoente, Amália, não foi entrevistada por ter sido doméstica, mas por ter participado dos movimentos de mulheres na região como missionária italiana.

Como essas mulheres narram suas experiências, tendo em comum o fato de terem (no presente ou passado) sob sua responsabilidade a realização ou supervisão do trabalho doméstico? Do que se recordam as entrevistadas? Como organizam seus depoimentos? O que enfatizaram como mais importante? O que querem contar durante as entrevistas? Quais marcos estabelecem em suas vidas? Como pensam/narram as relações familiares, de trabalho, lazer, participação política? São essas algumas das indagações que procuramos compreender e analisar. Nas transcrições, buscamos preservar o modo como as mulheres entrevistadas falaram, sem uma preocupação excessiva com a literalidade, mas com os sentidos, os contextos, buscando, como nos inspira Portelli, preservar o encontro ocorrido durante a entrevista. Ou seja, a fidelidade à fala da entrevistada não está apenas na transcrição perfeita, mas na busca da preservação da experiência e do encontro. Mais do que o que aconteceu, buscou-se preservar o sentido e o modo como as entrevistadas recordam o que viveram.

A escolha das depoentes foi ocorrendo ao longo da pesquisa. A princípio entrevistei mulheres, donas-de-casa, patroas ou trabalhadoras domésticas que se dispuseram a falar. Minha preocupação era entrevistar mulheres com experiências variadas. Assim, para essa reflexão, entrevistei as seguintes mulheres que tinham experiência como trabalhadoras domésticas: Márcia, Terezinha, Oneida, Joyce, Dona Conceição. Encontrei dificuldade em conseguir entrevistas e dialogar com mulheres ricas. Talvez essa dificuldade se relacione com a minha própria condição. É preciso considerar também o fechamento da “burguesia” em torno de sua vida privada. Em geral, pouco se abrem para o estudo de suas experiências. Ao

relatarem suas histórias e de suas famílias, as entrevistadas se colocaram como sujeitas principais da história e procuraram dar significado ao que viveram, de alguma maneira justificando escolhas, porque agiram de uma maneira e não de outra. Assim, buscaram justificar os caminhos que percorreram, as andanças, vitórias, sofrimentos, conquistas, recuos, dificuldades, sonhos, lutas.

As entrevistadas, em geral, consideraram significativa a oportunidade de participar da entrevista, embora algumas tenham questionado sobre a importância de estudar algo comum. Dona Conceição, Joyce e Oneida consideraram que suas histórias mereciam ser estudadas, pois tinham vivido muitas coisas interessantes, como nos falamos: "... se eu contar a minha vida, dá uma novela." (Dona Conceição). "Ah! Dá um livro, né? (risos). Eu nunca vi uma vida tão interessante" (Joyce). A partir da solicitação de que me contassem um pouco de sua trajetória, infância, relações familiares, estudos, trabalho, etc. as entrevistadas se punham a lembrar o passado, tornando os encontros significativos momentos de recordações, e reorganização da memória.

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito (BOSI, 1995: 39).

E foi assim o encontro com essas mulheres. Ao recordar o vivido o encontro criou um espaço de trocas, e na narração, até mesmo corrigir algo que não pode ser feito no tempo passado. Nesse sentido, concordamos com Bosi, quando aponta a entrevista como um momento de grande vitalidade, como experimentou nas entrevistas que realizou em seu estudo sobre as lembranças de velhos. Nas entrevistas que realizei as depoentes, em geral, remetiam a uma lembrança a mais "eu lembro que" dando continuidade aos relatos, criando novo momento na entrevista, as vezes com novas temáticas, outras vezes com detalhes do já contado. Foram momentos muito ricos com essas mulheres, de trocas intensas.

Bosi, compartilhando com Jacques Loew, fala do compromisso do pesquisador/a com os entrevistados/as, de uma comunidade de destino, com a qual estaríamos irremediavelmente comprometidos. (BOSI: 1995: 38) Concordo e compartilho com essa perspectiva e é dessa forma que me sinto. Ligada a história das pessoas que entrevistei.

Preocupada com aqueles que, quando vi pela última vez não estavam tão bem, desejando que, do ponto de vista pessoal e social possam se realizar, como condição da cidadania de todas nós.

Considero importante a possibilidade que a história oral nos dá de contar histórias esquecidas, alternativas, tendo, portanto, uma dimensão política relevante, trazendo à tona a história de classes, grupos, pessoas e/ou instituições não hegemônicas. Em que pese essa possibilidade, sabemos também que, por outros vestígios, é possível recuperar, de alguma maneira, as experiências de setores da sociedade, desconsiderados socialmente e pouco estudados pela história. Nesse sentido, é a perspectiva teórica do/a historiador/a, aberto ao estabelecimento de uma relação com suas fontes de pesquisa, que garantirá, de alguma maneira, a presença de experiências não hegemônicas no conhecimento produzido. Assim, tanto é possível utilizar a história oral para corroborar histórias dominantes, mesmo que considerando seu grande potencial para o estudo das classes populares. Mas a história oral é uma ferramenta muito potente e pode contribuir significativamente para o estudo das experiências de sujeitas populares.

#### *Adentrando portas a dentro: casa, memória e identidade*

Ao pensarmos a questão da memória e das identidades aqui imbricadas nesta pesquisa, nos comprometendo a buscar memórias alternativas, projetos silenciados, resistências e alternativas aos padrões dominantes, colocando muito concretamente as experiências dessas mulheres, perguntamo-nos se não houve, especialmente em relação às mulheres com uma idade mais elevada, uma fissura na forma como foram constituindo suas identidades. Que formação e que valores receberam ao longo da vida e, em especial, quando crianças e jovens? Quais as perspectivas de futuro vislumbravam nesse tempo? Quais valores as impulsionavam? Destaco que há um problema específico em relação a ser dona-de-casa, de certa maneira, tido socialmente há algumas décadas como “caminho natural” da maioria das mulheres e a emergência de outros valores, que disputará terreno com esse. Essa tensão, em torno do ser dona-de-casa e ser doméstica, está presente nos depoimentos.

Nesse processo de mudanças sociais como urbanização, eletrificação, novas tecnologias que adentram a vida doméstica, vamos discutindo a forma como essas mulheres se adequam a essas novas condições, as resistências e o modo como vão se construindo como cidadãs nesse contexto de rápidas mudanças sociais, nas lutas pela sobrevivência, nas relações

familiares, de vizinhança e de amizade. É preciso destacar que essas mudanças sociais não ocorrem para todas as pessoas da mesma maneira, sendo as mulheres, pobres, negras, periféricas excluídas de muitos “avanços”. As feministas negras a exemplo de bell hooks, Patrícia Hill Collins e Sueli Carneiro, já questionaram os limites do feminismo hegemônico, dirigido principalmente para as mulheres brancas e apontaram para a necessidade de pensamento interseccional que focalize o gênero, a raça, geração como questões a serem problematizados no interior do próprio movimento. É preciso considerar que se para os homens ocuparem posições de destaque na vida profissional, acadêmica e política esse êxito ocorre a partir da sobrecarga das mulheres em relação aos cuidados e ao trabalho doméstico. Como a inserção de mulheres em espaços historicamente ocupados por homens não foi acompanhada de uma igual presença dos homens nos espaços historicamente ocupados por mulheres é preciso dizer na sociedade brasileira, marcada por desigualdades, sociedade elitista, racista, capacitista, misógina, lgbtfófica, o peso do trabalho doméstico e dos cuidados está sobre os corpos das mulheres pobres, negras, velhas

[e]negrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil. (CARNEIRO 2003: p.118 apud: ARAÚJO, SILVA, SILVA-REIS, 2019, p.04)

Além de todas as dificuldades para se fazerem sujeitas, de firmarem suas identidades frente a tantas mudanças, elas precisam conviver com a desvalorização de seu trabalho, com a falta de reconhecimento social daquilo que são e fazem, o que, sem dúvida, tem impactos em sua auto estima, e na aceitação de suas profissões como trabalhadoras domésticas, donas de casa e patroas.

As feministas negras tiveram que lutar muito para que a produção acadêmica reconhecesse as desigualdades raciais. Sabemos que o preconceito racial pesa sobre a população negra no Brasil, como resultado de quase 400 anos de escravização e 500 anos de discriminação, preconceito, desigualdade de oportunidades. Ao falarmos do trabalho doméstico e da questão das identidades, é necessário considerar essa dimensão racial nas

experiências das entrevistadas. Como é ser criança negra no Brasil, trabalhadora doméstica? Como gostar de ser o que os outros desconsideram e desvalorizam? Joyce e Márcia nos falam um pouco dessa dimensão de suas vidas. Entretanto, em relação a temas polêmicos e muitas vezes dolorosos como o racismo, o silêncio das entrevistadas e das fontes, às vezes, é tão revelador quanto o que elas dizem. E o tema racial foi pouco falado pelas entrevistadas e foi pouco explorado por mim, por falta de referencial e acúmulo naquele momento. Havia ainda um debate sobre qual lente devia ser usada nos estudos: classe, gênero, raça... Atualmente, com a produção das feministas negras, com o conceito de Interseccionalidade essa questão estamos melhor amparadas, para ver a multiplicidade de fatores que impactam as experiências das sujeitas.

Se o trabalho doméstico tem peso importante para as mulheres pobres em geral, seu peso é maior ainda para as mulheres negras, uma vez que são vários elementos de interdição delas ao estudo e às profissões socialmente valorizadas. No trabalho doméstico, ser negra pode ser um elemento que dificulta o acesso ou pode significar uma preferência para algumas funções como cozinheiras, pela ideia de que mulheres negras cozinham bem, posição também conservadora dos que acreditam que esse é o lugar próprio dessas mulheres.

Entrei na casa de pessoas para falar de sua vida doméstica, o que implica falar em divisão do trabalho, relações entre patroas/famílias e empregadas, relações familiares, alimentação, festividades, etc. Tentei aprender com essas mulheres, procurando não estabelecer juízo de valor sobre suas experiências: não tinha um padrão do que fosse ideal, de modo que procurei compreender cada uma delas em seu contexto. Se trabalham fora ou não, como (e se) dividem as tarefas domésticas com filhos e maridos, o tipo de relação que estabelecem com patroas e/ou empregadas. Suas respostas foram aceitas como opções válidas. Foi um processo de aprendizagem importante, uma vez que no início da pesquisa na graduação e mestrado, minhas posições iniciais eram mais fortes e nesses tempos era mais difícil aceitar como válidas posições que confrontavam minha visão do trabalho doméstico.

Estudei tempos de muitas transformações, tendo como marco inicial os anos 50. Tempos de transformações do espaço doméstico e com impactos na construção das identidades de mulheres que tem a atividade doméstica como atividade principal. O trabalho doméstico é visto como lugar de atraso, das mulheres que não tiveram opção, tanto pela sociedade como por parte da produção bibliográfica. Como essas mulheres, pobres,

migrantes, sem-casa, às vezes morando no emprego e com dificuldades de construção de vínculos com seus familiares constroem sua identidade? Elas se viam, como trabalhadoras, muito vinculadas às famílias para quem trabalhavam como relatou Dona Terezinha, do município de Monte Carmelo, que não tinha salário fixo e nem outros direitos trabalhistas. Segundo ela a patroa a presenteava, a tratava como uma “irmã”, levava para passear, “não tinha diferença da vestimenta delas com a minha. Era igualzinho.

A questão do tratamento marca os depoimentos das trabalhadoras domésticas. Por meio de artifícios da linguagem busca-se criar uma igualdade entre trabalhadoras e patroas. Secretárias do lar, ajudantes são formas de nomear essas mulheres que têm como profissão o trabalho doméstico, são trabalhadoras domésticas embora muitas pessoas têm medo de assim nomeá-las.<sup>1</sup> Em vários aspectos da vida cotidiana, notamos tentativas de transformação da trabalhadora doméstica em “pessoa da família”, bem como perspectivas de colocar a trabalhadora doméstica no *lugar* a ela reservado. Por um lado, busca-se criar a igualdade por meio das roupas, convívio em determinados lugares, as vezes sentando junto nas refeições, querendo aproximar para conseguir mais cuidados, nas formas de nomear: secretárias, ajudantes do lar. Por outro, as marcas da separação também se colocam: quarto de empregada, elevadores de serviço, uniformes, separação de espaços próprios para a família e espaços para as domésticas, alimentação diferenciada, indicando barreiras visíveis e invisíveis, continuamente repostas, refeitas, quebradas e fortalecidas.

A experiência de Terezinha, de Monte Carmelo é emblemática. Nascida em Estrela do Sul, foi para Monte Carmelo aos 19 anos. Tinha 66 anos à época da entrevista, branca, trabalhava como serviços gerais para a prefeitura de Monte Carmelo. Foi doméstica por mais de 30 anos e acompanhante de uma senhora durante 20 anos, com quem morou até a mesma falecer. Na entrevista ressaltou a boa relação desenvolvida com as patroas, os presentes que recebia. Sua vida foi organizada em torno do trabalho e das relações de amizade no âmbito do trabalho, com pouca relação com a sua própria família. Terezinha se diz muito organizada, que sempre deu conta de todo serviço nas casas em que trabalhou. Para ela as domésticas “de hoje” têm mais “mordomias” e reclamam demais do trabalho. Na ocasião da entrevista fazia menos de 1 ano que ela tinha voltado a morar com sua família. Processo difícil mesmo

---

<sup>1</sup> A Constituição Federal de 1988 substituiu o termo empregado doméstico presente na legislação anterior por trabalhadores domésticos, como parte de um processo de luta dessa categoria para ser vista como trabalhadores. Opto por usar o plural feminino porque a maior parte dessa categoria é composta de mulheres.

ela dizendo que faz tudo para dar certo porque, como “são outros tipos de vida”. Terezinha se acostumou com padrões de vida das famílias com quem viveu/trabalhou e encontrava dificuldades na reconstrução de sua vida junto à sua família “porque eu vivi a vida inteira quase até, com pessoas rica, né. Falei: gente, a minha família é outro modo de vida, que eles têm, cada um tem um modo de vida diferente de viver, né” . Além do padrão econômico, Não se casou e diz que namorou pouco. Afirmou que não é vantagem para as mulheres terem um companheiro porque os homens de hoje são muito folgados. Ela gosta de viajar, dançar, comida caseira e de vender Avon.

A aspiração de viver em lugar próprio e a preocupação de que as domésticas tenham vínculos para além das relações de trabalho, são lutas fundamentais dos movimentos de trabalhadoras domésticas, conforme afirma Lenira Carvalho:

Viver dentro de uma casa que não é nossa, onde não temos um espaço próprio, é muito ruim. A casa também pode ajudar a fortalecer a própria identidade da doméstica. A maioria de nós vem do interior e se emprega em casas de gente de classes sociais mais altas. O nosso cotidiano de relacionamentos passa a ser com pessoas de poder aquisitivo mais elevado. Raramente temos oportunidade de se relacionar com pessoas do nível da gente, da classe trabalhadora. Eu, por exemplo, fiquei uns vinte anos morando em casa de patroa. Quando tive uma casa para morar, foi uma grande mudança na minha vida. Fiquei muito feliz de não estar mais morando em casa de patrão. Mas, por outro lado tive um choque de realidade. Foi quando percebi o quanto ganhava pouco para fazer a feira, pagar água, luz, transporte e outras despesas. Foi quando percebi que as pessoas pobres, mesmo pagando, moram mal e em bairros quase totalmente abandonados pelos poderes públicos. Falta mais água e luz que nos bairros dos ricos e o ônibus e o caminhão do lixo demoram mais a passar. Quando morava em casa de patroa, eu não sabia como era difícil a vida dos outros trabalhadores (CARVALHO, 2000: 105-106).

Lenira Carvalho aborda a importância da separação entre local de moradia e de trabalho para a trabalhadora doméstica, no sentido da construção de sua identidade como sujeito e classe social. Para ela a convivência restrita a pessoas de outras classes sociais dificulta a consciência de classe e a construção da identidade profissional e pessoal da trabalhadora doméstica. Se, por um lado, morar em casa separada do trabalho é um ganho em termos de autonomia, essa possibilidade implica em outras dificuldades como pagar todos os gastos para manter uma casa, que os salários baixos, em geral, não permitem.

Oneida fala sobre a importância da perseverança de firmar-se em algum lugar pois “cebola que muito muda não dá cabeça”. Para ela, é difícil mudar de casa em função dos

vínculos afetivos e das vantagens que tem a trabalhadora doméstica, quando a patroa e a família para as quais trabalha já a conhecem e nela confiam. Assim, mostra que fazer bem o trabalho doméstico depende também da convivência com as pessoas com quem trabalha, bem como do conhecimento e adequação dos gostos. Implica aprendizagens que tempo e astúcia propiciam.

Ao analisarmos as transformações pelas quais passaram o trabalho doméstico nas últimas décadas, observamos uma mudança em termos de valores em relação ao trabalho doméstico. É necessário dizer que ser trabalhadora doméstica no Brasil, historicamente significou pertencer a uma categoria de trabalhadoras numerosa e pouco valorizada, relacionada com a escravização e desqualificada socialmente. Mas como as mulheres sentem e analisam as mudanças em relação ao doméstico e o trabalho que nele se processa? As entrevistadas as leem de formas variadas e ambíguas. A experiência de Márcia, neste sentido, é muito significativa. Tendo sido ser doméstica a sua única profissão durante toda sua vida na ocasião da entrevista estava com mais de 60 anos, desempregada e sem direito à aposentadoria por não ter tempo de contribuição, nos anos em que trabalhou como doméstica, mas sem registro em carteira. Márcia vivia os conflitos gerados por essa situação, o que a levava a pensar se as mudanças na profissão tinham sido boas ou ruins. Tendo sido dirigente da Associação de Empregadas Domésticas Márcia buscava defender os avanços na legislação trabalhista: “Melhorou porque agora tem a lei, não é? Que pode assegurar alguma coisa. Mas... eu acho que falta muito pra melhorar”<sup>2</sup>. Mas na sua experiência pessoal, as relações de confiança, amizade, proteção, estabelecidas com as famílias para quem trabalhou no passado, pareciam constituir para ela uma segurança e uma vida melhor do a que vivia no presente. Assim, as mudanças para uma relação mais contratual são vividas como perda.

Observamos, por meio dos relatos, indícios de transformações no tempo e no trabalho doméstico. De um ritmo mais lento das refeições preparadas em casa para um ritmo mais acelerado. Não há mais tempo espaço para a feitura da massa do macarrão em casa, do café da tarde com pão-de-queijo, feito na hora. É preciso atentar-se para não romantizar esse passado. O preparo das refeições em casa impunha às mulheres pobres um ritmo de trabalho intenso e com longas jornadas, que gerou um saber fazer e um poder. Esse saber, conquistado ao longo da vida, legado de outras mulheres de sua família e patroas, que é valorizado e

---

<sup>2</sup> Idem.

gratificado por padrões, na memória de Márcia, com as mudanças sociais, é posto à prova. Na experiência de Márcia ela vive as mudanças como perdas.

Ao pensarmos a questão da memória e das identidades aqui imbricadas na pesquisa, nos comprometendo a buscar memórias alternativas, projetos silenciados, resistências e alternativas aos padrões dominantes, colocando muito concretamente as experiências dessas mulheres, perguntamo-nos se não houve, especialmente em relação às mulheres com uma idade mais elevada, uma fissura na forma como foram constituindo suas identidades. Que formação e que valores receberam ao longo da vida e, em especial, quando crianças e jovens? Quais as perspectivas de futuro vislumbravam nesse tempo? Quais valores as impulsionavam? Destaco que há um problema específico em relação a ser dona-de-casa, de certa maneira, tido socialmente há algumas décadas como “caminho natural” da maioria das mulheres e a emergência de outros valores, que disputará.

Embora as formas de cuidado tenham se alterado com a urbanização, serviços de água e energia elétrica observamos que o trabalho doméstico continua sendo de responsabilidade das mulheres, sejam elas donas-de-casa ou trabalhadoras domésticas. Muitas vezes esse trabalho é realizado com jornadas duplas e triplas, dentro e fora de casa. Mesmo sendo um trabalho fundamental para o funcionamento de uma casa a trabalhadora doméstica é desvalorizada, o que dificulta a assunção de sua identidade de classe e a luta em torno da garantia e ampliação de direitos. No caso da dona-de-casa há um processo de desvalorização dessa atividade que sai de uma condição de rainha-do-lar, que também era uma forma de fixa-la em lugar, para “do-lar”, visto socialmente como não-trabalho, sinal de fracasso. Não se admite que uma mulher possa sê-lo por opção, numa sociedade centrada no lucro.

Do ponto de vista das mulheres, especialmente das classes populares, há um processo de mudança que altera valores em relação ao doméstico e que não oferece alternativas para substituição das atividades domésticas por políticas públicas que contribuam para a diminuição do trabalho doméstico como creches, lavanderias comunitárias, restaurantes comunitários. etc. Dessa maneira as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, seja como donas-de-casa, seja como trabalhadoras domésticas, exercendo essa função sob o peso de um desprestígio e desvalorização social,

uma vez que os homens e os jovens não adentraram portas adentro para a realização do trabalho doméstico.

O questionamento à associação da mulher com o mundo doméstico ajudou a quebrar barreiras e possibilitar outros lugares para as mulheres. Consideramos fundamental que os estudos feministas, que apontam e contribuem para a necessária equidade de gênero, levem em conta as experiências de donas-de-casa e trabalhadoras domésticas para que não se tornem mais uma forma de julgamento e não tenham um papel normativo/prescritivo de como as mulheres devem ser. Em sentido contrário, a compreensão de suas escolhas, saberes e fazeres contribuirá para que suas identidades possam ser construídas de uma forma positiva e variada.

#### *Feminismos para as maiorias e a necessária revolução dos cuidados*

Quatorze anos passados da defesa da tese, muitos aspectos desse trabalho continuam importantes, na minha avaliação. A pandemia colocou na ordem do dia a importância do trabalho doméstico e dos cuidados. O inicial isolamento social de parte dos setores da classe média e alta, deu a exata medida da falta que as trabalhadoras domésticas fazem no funcionamento das casas no Brasil, um país desigual, marcado pela escravização e pela misoginia, que permite a compra de trabalho doméstico. Essa é uma conclusão dos estudos: quanto maior a desigualdade social, maior a possibilidade de terceirização do trabalho doméstico. O Brasil segue sendo um país desigual, racista e misógino. Assim o “respeito” à quarentena das domésticas, quando ocorreu, não durou muito e não faltou gente das elites exigindo a quebra da quarentena por parte das trabalhadoras domésticas e governadores incluindo o serviço doméstico como atividade essencial, sendo que o tema foi parar no Supremo Tribunal Federal.

Eu teria realizado um trabalho muito diferente e certamente bem melhor se tivesse tido acesso à produção do feminismo negro, que vim conhecer mais recentemente e que demorou para ser traduzido e publicado no Brasil. O feminismo negro trouxe esse questionamento ao feminismo que se passava como universal mas que desconsiderava as desigualdades de raça e classe. Neste sentido a interseccionalidade se configura como uma ferramenta metodológica fundamental, como nos ensina Akotirene.

Sensibilidade analítica, a interseccionalidade completa no próximo semestre  
30 anos, quando a sua proponente teorizou a sugestão histórica pensada

pelo movimento de mulheres negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. (AKOTIRENE, 2019, p.36)

A partir dessa ferramenta de análise, tornou sem sentido a disputa para definir qual elemento da vida define as experiências das sujeitas, uma vez que podemos pensar de forma articulada as marcas do racismo, deficiências, classe social, gênero, geração, orientação sexual, geração, etc. nas experiências em estudo. Para a compreensão das experiências das trabalhadoras domésticas o conceito de interseccionalidade é imprescindível. No caso do trabalho doméstico bell hooks afirma a possibilidade de uma sororidade real entre mulheres, se há o reconhecimento das condições diferentes e a busca de superação das desigualdades. (HOOKS, 2019: 37).

Face ao dramático momento histórico que vivemos, com crise econômica, retrocesso nas políticas públicas e nas liberdades democráticas, pandemia, desemprego, ausência de políticas de cuidados teremos que reforçar a sororidade entre as mulheres, ampliar as alianças com todas as pessoas que desejam transformar a sociedade. Esse modelo de sociedade não é bom para as majorias. É hora de virar esse jogo e disputar uma outra forma de organização da vida, que tenha o cuidado no centro. Neste sentido se expande movimentos por uma revolução dos cuidados, que recupera saberes ancestrais, ligados à agricultura familiar, quilombolas, indígenas, mulheres de diferentes movimentos. Tem se fortalecido o movimento das mães por direitos, que exigem políticas públicas de cuidado. Ao mesmo tempo os movimentos sociais questionam a necessidade de tantas horas de trabalho, face ao desenvolvimento tecnológico e a sobrecarga gerada pelas tarefas remotas. São muitos desafios uma vez que prevalece no Brasil uma política de diminuição do Estado e abandono da população à própria sorte, especialmente com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), Reforma Trabalhista e Previdenciária e atualmente na pauta a Reforma Administrativa que tem como centro a destruição dos serviços públicos e desmonte das carreiras de servidoras e servidores, além de tantas outras políticas antipovo desenvolvidas por Bolsonaro e seus representantes estaduais e municipais.

Das frestas desse modelo, as mulheres seguem sendo guardiãs de saberes, de cuidados, de força, apesar de todas as opressões e desigualdades. Neste contexto, concordamos que é preciso um feminismo para os 99%, que é uma proposta radical de

mudança da sociedade vigente. O fracasso do capitalismo - patriarcal, racista, “idadista”, “capacitista” e “lgbtfóbico” - de oferecer uma vida digna para a maioria, nos dá a oportunidade de virar o jogo em favor das 99%. (ARRUZZA& FRASER, 2019)

### *Conclusão*

A situação de vulnerabilidade social a que são submetidas as trabalhadoras domésticas é um problema recorrente na história brasileira, podendo ser pensada como continuidade de um passado colonial, patriarcal, escravista. São marcas permanentes que não são abrandadas por boa vontade ou por “sensibilidade” das elites, me com a pandemia. São necessárias políticas públicas e mudanças estruturais que não foram feitas e não está na perspectiva dos governos em curso. Ao contrário, com esses governos, com a crise econômica, com a pandemia da Covid 19, as desigualdades se agravaram. O homicídio do menino Miguel em Recife escancara isso. A patroa Sari não se sensibilizou suficiente para pegar na mão de Miguel para usar o elevador, enquanto a mãe preta Mirtes levava o cachorro dos patrões para passear. Quem se incomoda com essa morte de Miguel? Quem ainda se incomoda com a dor dessa mãe? No momento em que as famílias estão marcadas pela dor das mortes causadas pelos coronavírus e tudo mais que continua matando, inclusive a polícia, o Estado Brasileiro é parte do genocídio da população negra, pobre, trabalhadora, tanto por ação quanto por omissão, por abandonar as mulheres, às mães, as crianças à própria sorte. Sem equipamentos públicos em funcionamento as domésticas, as professoras, as comerciárias, as mães que aos milhões criam sozinhas seus filhos e filhas, as pessoas com deficiência, as mulheres trabalhadoras em geral estão abandonadas e sobrecarregadas na busca da sobrevivência das pessoas que cuidam, por que o cuidado no Brasil é historicamente e predominantemente feminino.

Assim, concluímos que a pandemia agrava as desigualdades e vamos buscar nas experiências das mulheres trabalhadoras seus valores, seus costumes e caminhos que apontam de resistência e acomodação para a transformação social que desejamos. Mulheres são muitas e as desigualdades existem também entre nós. Compartilhamos com hooks (2019) sobre a necessidade de um feminismo que seja para todas/todos/todes e o poder de uma sororidade verdadeira para a superação das desigualdades sociais. Neste artigo busquei refletir sobre as vivências de mulheres, trabalhadoras domésticas e donas de casa, inseridas no contexto sócio-político brasileiro, acompanhando suas lutas, avanços e retrocessos. Nas

brechas desse processo vimos mulheres se esgueirando em busca da sobrevivência e do bem viver. Historicamente essas mulheres não foram valorizadas nem ouvidas. Qualquer mudança substantiva para melhor na sociedade brasileira passa por considerar as necessidades, saberes, pontos de vista dessas mulheres. A revolução será feminista ou não será.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Cibele de Guadalupe Sousa; SILVA, Luciana de Mesquita; SILVA-REIS, Dennys. Estudos da tradução & mulheres negras à luz do feminismo. *Revista Artemis*, v. 27, n. 1, 2019, p. 2-13.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução: Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CARVALHO, L. M. A luta que me fez crescer. Recife: DED; Bagaço, 2000. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CRUZ, Heloísa de Faria. Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano. *Projeto História*, n. 18, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, mai. 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.
- FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Do silêncio ao preconceito: a (des)caracterização do emprego doméstico no pensamento acadêmico. *História & Perspectivas*. Uberlândia, Edufu, n. 23, jul./dez. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Memória, História e Trabalho: as experiências das trabalhadoras domésticas na cidade de Uberlândia/MG 1970/1999*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, 2000. (Dissertação de Mestrado)
- \_\_\_\_\_. Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. *Caderno Espaço Feminino* | v. 23 | n. 1/2 | p. 339-360 | 2010
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: EFGV, 1994.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luíza Libânio. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

THOMPSON, Eduard Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha; KHOURY, Yara Maria H. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1985.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979